

Fausto SARETTA<sup>2</sup>

DINIZ, E. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

O mais recente livro de Eli Diniz, com quatro curtos ensaios, representa uma contribuição inteligente e consistente para o debate brasileiro contemporâneo. Seguindo uma linha já desenvolvida em outros trabalhos, a autora resgata com bastante competência a dimensão da política nas discussões recentes sobre a reforma do Estado e, tratando de outros temas correlatos, traça um quadro bastante interessante de vários debates, tais como a relação Executivo/Legislativo, globalização, neoliberalismo entre outros. De fato, o trabalho pode ser interpretado como uma agenda para a discussão de várias controvérsias que são tratadas com apuro e rigor por Eli Diniz.

A importância da dimensão política, pode-se dizer, é a tônica dos ensaios. Isso já está anunciado no título do primeiro – “Globalização, Estados Nacionais e Democracia: a importância da dimensão política” – no qual faz uma crítica ao reducionismo de natureza economicista existente nas análises e interpretações sobre a globalização. As considerações correntes sobre essa nova ordem econômica mundial estariam exagerando, ao valorizar o mercado na interpretação do fenômeno, os

---

<sup>2</sup> Departamento de Economia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

aspectos econômicos, e relegando a segundo plano os fatores internos de cada país, isto é, aquilo que estaria mais afeito à política propriamente dita.

Ora, é comum nos numerosos trabalhos e análises sobre o tema da globalização, anunciar o fim dos Estados Nacionais, fadados a desaparecer em virtude da lógica inexorável do próprio processo de globalização. É contra esse tipo de raciocínio, pautado num determinismo facilitador, que se bate Diniz ao propor que se há um movimento de escala global, nem por isso as condições internas de cada Nação podem ser tomadas como iguais. Se há interdependência, isso não significa que se deva olvidar que em cada espaço nacional os interesses nem sempre se coadunam com o proposto pela nova ordem internacional dominante.

Por mais força que tenha o paradigma da globalização e isso, lembra a autora, ganha força com a difusão das idéias em cada respectivo espaço nacional pelos economistas treinados no exterior, vale dizer nos Estados Unidos, por isto mesmo, o campo da política é fundamental. A necessidade de se evitar a inserção passiva nessa nova ordem realça o poder do Estado, ao contrário do que o senso comum proclama. A tensão permanente entre o externo e o interno, sem dúvida, remete à própria essencialidade do Estado e portanto da política.

Ao tratar do tema da reforma do Estado, Eli Diniz busca na história republicana pós-1930 dois exemplos de reformas executadas. A criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) na década de 1930 proporcionou um certo padrão na relação do Estado com os diferentes interesses da sociedade. A reforma de 1967, quando do regime militar, não rompeu com esse padrão. Mantiveram-se tanto o clientelismo como o arbítrio do poder Executivo, permanecendo com uma nova roupagem a baixa institucionalidade da vida política. Esse é um ponto privilegiado pela análise, chamado de falta de freios institucionais que sobrepõem o poder Executivo perante os outros poderes, ensejando, entre outras coisas, o isolamento do poder burocrático, das camadas mais relevantes da burocracia estatal consubstanciadas sobretudo nos técnicos economistas.

Demonstram-se assim as dificuldades de se proceder à tão falada quanto necessária reforma do Estado. Essa hipertrofia do poder Executivo deve ser devidamente entendida, e é crucial para o que ao longo do livro se entende por reforma. Ademais, ao tratar da crise do Estado, Eli Diniz observa acuradamente que a já citada hipertrofia, o cesarismo do Executivo, teria como legado perverso o *rent seeking*, a inexistência da responsabilização pública, o descaso com a *accountability*. Vale dizer, a

reforma do Estado é indissociável do Estado de Direito. Mais uma vez impõe-se o primado da política.

Essa interpretação serve como uma sólida base para as críticas feitas à natureza da proposta de reforma encetada mais recentemente pelo ex-ministro Luis Carlos Bresser Pereira, que simplificadamente proporia a substituição da burocracia weberiana – tida como anacrônica e disfuncional – por uma outra de caráter gerencial, mais afinada às novas necessidades. Observa a autora que na verdade o que de fato vigorou na vida brasileira foi um sistema híbrido que as diferentes reformas não lograram extinguir e nem mesmo assim desejavam. Reformar o Estado é muito mais do que executar cortes de pessoal e salários; passa pela política, pelo reordenamento da relação entre os poderes, pela contenção do poder Executivo e pela forma como este usa os instrumentos discricionários de que dispõe, como as Medidas Provisórias.

O que orienta a interpretação da autora é a crítica ao reducionismo e ao vezo economicista que descuidam das importantes discussões sobre a relação entre os poderes, a reforma do Estado e o perigo de se perder o que está inscrito na política. Outro não poderia ser o enfoque quando trata da relação entre o público e o privado, bem como quando estabelece comparações entre países e suas respectivas dificuldades de negociar soluções para crises econômicas. Nesse plano, revelam-se diferenças de enfrentamento e de estratégias, que demonstram peculiaridades que só podem ser entendidas no plano da política. Dessa forma, países tão diferentes como Itália, Argentina, Coreia e Brasil revelam, quando enfrentaram dificuldades de ordem política e econômica, que o sucesso desse enfrentamento teve resultados diferentes quanto mais eficientes foram as formas de negociação, quanto menos insulado estava o Executivo ante a sociedade, quanto mais claros estavam os limites entre o público e o privado.

O último ensaio trata do Brasil da década de 1990 e traz um painel das modificações pelas quais passou tanto o país como parte de suas elites empresariais, os cismas e a rupturas no interior da representação patronal, e as dificuldades constantes de aglutinar os interesses ao longo da década que começa com a administração Collor. Usando o exemplo das câmaras setoriais, demonstra o desaparecimento institucional, a continuidade do insulamento burocrático de Collor a Fernando Henrique Cardoso, os mesmos aparelhos do Estado, Ministério da Fazenda, Banco Central se sobrepondo ao restante da administração e dando as cartas do jogo, conflitando com os órgãos de representação patronal sobretudo depois de se lograr estabilizar a inflação. Não por outra razão,

recentemente, ganha corpo uma falsa controvérsia em torno de um conflito também falso, qual seja, o debate sobre quais deveriam ser os principais objetivos da política econômica, estabilidade ou inflação.

O debate em torno da política econômica representa a arena mais adequada para entender os embates entre o empresariado e a cúpula governamental. Ao finalizar a obra com este tópico, Eli Diniz termina este discreto porém importante livro recuperando a dimensão essencial da política para o entendimento dos problemas brasileiros.